



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 26 de abril de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> CAMEX AMPLIA SOBRETAXA ANTIDUMPING ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>VALOR ECONÔMICO</b> PIORA NO SALDO COMERCIAL ELEVA FOLGA NA INDÚSTRIA..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>VALOR ECONÔMICO</b> PREOCUPA MENOR DISPOSIÇÃO DE INVESTIR DAS INDÚSTRIAS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>CORREIO - UBERLÂNDIA</b> Entreposto da Zona Franca de Manaus em Uberlândia tem treze empresas em operação ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>CONVERGÊNCIA DIGITAL</b> Política industrial: Governo adia divulgação de medidas para final de maio ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Pode faltar chip na ZFM em consequência do tsunami no Japão ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> ACA desconfia de pesquisas a respeito do comércio local e diz que reativará sua Estatística ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
<b>IG NOTÍCIAS</b> Governo propõe solução para 'guerra fiscal' em ICMS de importados..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
<b>JOR NOW</b> Entreposto da Zona Franca de Manaus completa um ano em Uberlândia com 18 contratos - 26/04/11 ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	14

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CAMEX AMPLIA SOBRETAXA ANTIDUMPING</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Ministro diz que governo está "apertando para responder à altura ao desejo e à angústia dos produtores brasileiros" em relação à defesa comercial**

**Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

As sobretaxas aplicadas nos processos antidumping ficarão mais pesadas a partir de agora. Uma decisão da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) alterou a forma de aplicação do direito antidumping para torná-lo mais eficiente no combate aos danos sofridos por empresas brasileiras.

Até hoje, o **Brasil** não aplicava sobretaxas equivalente à margem do dumping apurado pelo **Ministério**. O governo optava por um valor menor, o suficiente para neutralizar os efeitos nocivos da prática desleal de **comércio**. A partir de agora, os valores serão "cheios", ou seja, exatamente a diferença identificada entre os preços das **exportações** para o **Brasil** e os cobrados no **mercado** interno do País **exportador**.

Em entrevista ao Estado, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, classificou a decisão da Camex de "uma novidade" na área de defesa comercial. "As condições de **mercado** mudaram muito. Precisamos ter uma defesa comercial mais rigorosa", destacou o ministro. "A partir de agora, quando a Secex (Secretaria de **Comércio** Exterior) constatar o dumping, a sobretaxa vai ser mais pesada", explicou.

**PIM**entel disse que o governo está "apertando para responder à altura ao desejo e à angústia dos produtores brasileiros" em relação à defesa comercial. O ministro destacou que a mudança está dentro das regras da Organização Mundial do **Comércio** (OMC).

Países como Estados Unidos, México e Canadá aplicam a margem cheia. "Aos poucos vamos apertando os parafusos", afirmou.

Segundo dados da Secex, apresentados ao Estado, a sobretaxa aplicada no processo de antidumping nas **importações** brasileiras de brocas de encaixe da China foi de US\$ 33,34 por quilo. Pelo novo critério, o valor teria sido de US\$ 75,57 por quilo do produto. Em outro caso, a sobretaxa subiria de US\$ 13,87 por par de calçado da China para US\$ 17,51 por par, pelo novo critério.

"Temos uma demanda muito grande dos empresários por medidas de defesa comercial e que são justas porque, de fato, tem uma situação em que a nossa indústria está afetada por **importações**, especialmente da Ásia", afirmou o ministro.

Política Industrial. **PIM**entel informou que as novas políticas industrial e de **comércio** exterior devem ser anunciadas no final de maio. Ele antecipou que haverá metas para recuperar a competitividade das **exportações** de manufaturados. "Não posso adiantar muito porque a parte mais substancial depende das medidas fiscais e essas não temos fechadas com o **Ministério** da Fazenda", justificou.

Segundo o ministro, as medidas devem desonerar o setor **exportador**. As novas políticas de **comércio** exterior devem ser levadas para aprovação da presidente Dilma Rousseff no início do próximo mês.

**PIM**entel disse que há uma proposta da Fazenda, ainda não finalizada, de criação de Agência Brasileira de Gestão de Fundos de Seguros e de um Eximbank. O ministro disse que ainda não se sabe se a instituição para financiar o **comércio** exterior será uma subsidiária do **BNDES**.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIORA NO SALDO COMERCIAL ELEVA FOLGA NA INDÚSTRIA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Marta Watanabe | De São Paulo**

A deterioração da balança comercial da indústria de transformação no primeiro trimestre veio acompanhada da redução do nível médio de utilização da capacidade instalada. A combinação indica que a importação em alguns setores industriais não está mais sendo usada somente para complementar a oferta, mas também como substituição de insumos, partes, componentes e produtos acabados fabricados dentro do país.

Dados da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento (Mdic) mostram que setores industriais como minerais não metálicos, mobiliário, confecções e acessórios, calçados e produtos de matérias plásticas registraram uma maior deterioração de seu saldo comercial ao mesmo tempo em que usaram menos capacidade instalada em março na comparação com o mesmo mês do ano passado.

**No total, o déficit comercial da indústria cresceu 30% e foi a US\$ 13 bilhões no primeiro trimestre.**

Na indústria de móveis, o superávit de US\$ 55 milhões no primeiro trimestre de 2010 transformou-se em déficit de US\$ 16 milhões nos primeiros três meses deste ano, enquanto o nível de utilização da capacidade caiu de 76,6% em março de 2010 para 72,3% no mesmo mês deste ano. O déficit comercial do segmento de produtos de matérias plásticas foi ampliado de US\$ 721 milhões para US\$ 881 milhões na comparação dos dois primeiros trimestres e a capacidade utilizada caiu 2,8 pontos percentuais em março de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

Na mesma base de comparação, o saldo positivo da indústria de calçados e componentes recuou de US\$ 371 milhões para US\$ 270 milhões, e o déficit de confecções e acessórios passou de US\$ 251 milhões para US\$ 478 milhões. O uso da capacidade da

indústria de vestuário, calçados e artigos de tecelagem caiu 5,2 pontos percentuais em março também na mesma comparação. Nos segmentos da indústria de móveis, produtos de matérias plásticas, têxtil, vestuário e calçados houve queda de ocupação média da capacidade industrial não só em março, mas também na média do primeiro trimestre na comparação com o mesmo período de 2010.

Para José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os dados indicam que a substituição de insumos, partes e componentes nacionais por importados começa a acontecer e de forma mais intensa. "Esse é um sinal de que a importação está se tornando uma rotina e não só para complementação de produção, mas sim para substituição de fornecedores nacionais. "

Castro diz que a concorrência pelo mercado interno ou externo leva a uma pressão pela redução de custos.

"Se um concorrente passa a importar, os outros também começam a comprar do exterior para manter sua competitividade." Para ele, o comportamento começa a generalizar-se.

"As indústrias estão sendo vencidas porque a diferença de custo entre o produto fornecido pelo mercado nacional e o importado passou a ser muito grande", diz Castro. "A tendência de valorização do real em relação ao dólar se mantém e o governo sinaliza que a prioridade é a inflação."

Mariano Laplane, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), acredita que a queda de ocupação da capacidade industrial aliada à deterioração da balança comercial provocada por aumento nas importações e redução nas exportações indica perda de mercado dos fabricantes nacionais no mercado doméstico e no internacional.

"Os setores mais afetados, como o de calçados, têxteis e produtos plásticos, são de mão de obra intensiva" diz Fernando Puga, economista do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Isso, explica, não é coincidência. "O custo da mão de obra encareceu no país nos últimos anos e tornou a indústria doméstica menos competitiva", diz. "Ao mesmo tempo houve uma migração da demanda por um mix de produtos que os fabricantes nacionais ainda não oferecem."

José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), diz que vários fabricantes de transformados plásticos nas áreas de utilidades domésticas, brinquedos, autopeças e embalagens começaram a usar os **importados** em seu portfólio aproveitando o canal de venda não só para ampliar a oferta de produtos, mas também porque perderam competitividade em algumas linhas e passaram a **importar**.

Para Roriz Coelho, a baixa rentabilidade e a perda de competitividade resultante da valorização do real frente ao **dólar** fez o setor perder o fôlego na **exportação**, o que contribuiu para reduzir a ocupação

de capacidade da indústria, ao lado da alta das **importações**.

No setor de calçados a **importação** de partes e componentes chegou também aos fabricantes nacionais, diz Heitor Klein diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). No acumulado do ano passado, lembra, houve elevação de 129% na **importação** de pares de calçados na comparação com 2009. Em valor, o salto foi de US\$ 23 milhões para US\$ 38 milhões.

Luiz Cezar Rochel, gerente de economia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), lembra que no setor a defasagem tecnológica dos produtos é rápida. Com a competição dos **importados**, diz, a tendência é que os fabricantes nacionais deixem de investir em novas linhas e passem a **importar** produtos que ficam defasados.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PREOCUPA MENOR DISPOSIÇÃO DE INVESTIR DAS INDÚSTRIAS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Merece ser analisada detidamente pesquisa recente que mostra a disposição do setor industrial em reduzir seus investimentos neste ano, conforme publicou o Valor na sua edição de ontem. É uma informação desalentadora em qualquer circunstância já que o Brasil continua carente de investimentos no setor produtivo, mas mais ainda numa fase da economia brasileira em que a inflação voltou a ser uma preocupação generalizada e a oferta de mais produtos poderia ajudar a segurar o avanço dos preços a médio e longo prazos.**

Segundo o levantamento a que o Valor teve acesso, o que estaria afastando os empresários de aumentar os investimentos nas suas próprias indústrias seria a combinação de três fatores: a maior concorrência do produto importado, os juros em alta e a carga tributária elevada. São três razões de peso, três problemas sérios para os industriais e para o país como um todo, três questões cuja equação não é fácil. Ao contrário, representam três dos maiores desafios à política econômica da presidente Dilma Rousseff, ao lado da volta de índices inflacionários mais elevados. Há décadas os governos do país se empenham em estimular o aumento dos investimentos do setor privado como uma forma de garantir a continuidade do processo de crescimento econômico. E houve, de fato, melhoras recentes nesse sentido - segundo o IBGE, a taxa de investimento em 2010 foi de 18,4% do PIB, superior à taxa referente ao ano anterior (16,9%). O resultado ainda deixa, porém, a desejar já que tradicionalmente se considera como ideal uma taxa de 20% do PIB.

Entre os fatores que mais limitam o investimento, três quartos das empresas reclamam da carga tributária elevada, oito pontos percentuais a mais que os 67% de 2010. A taxa Selic, em alta neste ano, é motivo de queixa de 45% das companhias consultadas, um forte aumento em relação aos 31% do ano passado. A perda

de mercado para produtos importados, por fim, prejudica as inversões de 31% das indústrias - em 2010, eram 22%.

A pesquisa sobre intenções de investimentos foi realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com 1.220 empresas paulistas, das quais boa parte tem atuação também em outros Estados.

E chegou-se à conclusão que os investimentos em máquinas e equipamentos, instalações, inovação, gestão e pesquisa e desenvolvimento devem atingir R\$ 167,1 bilhões em 2011, 4,7% a menos do que o registrado no ano passado.

A queda nas intenções de investimento neste ano é maior nas empresas de grande porte, de 5,6%, para R\$ 127,2 bilhões. As médias, por sua vez, devem investir R\$ 26,3 bilhões, ou 3,3% a menos que no ano passado. Só nas pequenas deve haver aumento, de 1,1%, para R\$ 13,7 bilhões.

Além da queda no volume a ser investido, a pesquisa deste ano indica uma estratégia mais defensiva da indústria de transformação: o investimento deve focar principalmente em redução de custos, aumento da eficiência e diferenciação dos produtos, e não em elevar a produção, como explica o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho. Segundo ele, a perspectiva de que o câmbio siga valorizado por muito tempo afeta a competitividade das exportações brasileiras e facilita a entrada de produtos importados. Também atingidas pelo novo ciclo de alta dos juros e pelos pesados custos tributários, as empresas manufatureiras deverão deixar em segundo plano o aumento dos volumes de produção.

Numa enquete com respostas múltiplas, em que é possível assinalar mais de um item, a diminuição de custos aparece como o principal objetivo do investimento em 2011, citado por 58% das empresas entrevistadas,

um avanço considerável em relação aos 50% de 2010. Em segundo lugar, aparece a intenção de aumentar a produtividade, que subiu de 45% para 52% neste ano. Já o aumento do faturamento e da rentabilidade, apontado em 2010 como o principal objetivo da indústria, citado por 61% dos entrevistados, aparece como uma das prioridades apenas para 49% neste ano.

Dos R\$ 167,1 bilhões que as indústrias consultadas planejam investir neste ano, a maior fatia, de R\$ 122,4 bilhões, será destinada a máquinas e equipamentos e instalações. Esse valor, porém, é 7,3% inferior ao registrado no levantamento de 2010.

	VEÍCULO CORREIO - UBERLÂNDIA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Entreposto da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> em Uberlândia tem treze empresas em operação</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### **Entreposto da Zona Franca de Manaus em Uberlândia foi inaugurado em março de 2010**

Em um ano de funcionamento, o Entreposto da Zona Franca de Manaus em Uberlândia conta com 13 empresas em operação, segundo o balanço de um ano de funcionamento da central de armazenamento apresentado na manhã desta terça-feira (26) na sala de reuniões do gabinete do prefeito Odelmo Leão. De acordo com os dados divulgados, foram fechados 18 contratos e gerados 50 empregos diretos e 500 indiretos. A previsão é que, por ano, o Entreposto movimente R\$ 1,5 bilhão.

De acordo com as informações apresentadas pelo chefe do Executivo municipal e pelo diretor da empresa operadora do Entreposto, Luiz Roberto Carrara Lelis, a expectativa é que, nos próximos sessenta dias, sejam fechados contratos com mais 50 empresas. Eles ainda afirmaram que o entreposto tem mais 73 projetos em

andamento em diversas áreas e que, quando estiver em pleno funcionamento, estimado em mais um ano, outros 500 empregos diretos sejam gerados. “Esse resultado é surpreendente. Conquistamos em um ano o que era previsto para três”, disse Lelis.

#### **Entreposto**

O Entreposto da Zona Franca de Manaus em Uberlândia foi inaugurado em março de 2010 e é o segundo do país e único em Minas. A estrutura funciona como um armazém para recebimento e estocagem de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, que chegam em aviões ou por terra em carretas. As mercadorias são distribuídas de Uberlândia para qualquer lugar do território nacional ou enviadas para exportação. Os produtos podem ficar armazenados no entreposto sem a incidência de tributos, conforme Protocolo ICMS 85/2008, estabelecido entre os estados do Amazonas e de Minas Gerais.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Política industrial: Governo adia divulgação de medidas para final de maio</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro do **Desenvolvimento**, **Fernando PIMentel**, revelou que, neste momento, as ações de desoneração para o setor produtivo - cruciais para a nova versão da Política de **Desenvolvimento Produtivo**, a ser lançada pela presidenta **Dilma Rousseff** - estão sendo analisadas e fechadas com o **Ministério da Fazenda**. Pontos como a desoneração da folha ainda seguem com resistência interna.

Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, nesta terça-feira, 26/04, o ministro Fernando **PIMentel** assumiu que na nova PDP haverá metas para recuperar a competitividade das **exportações** de manufaturados - o ponto mais crítico da balança comercial brasileira e o que mais afeta o setor eletroeletrônico. "Não posso adiantar muito porque a parte mais substancial depende das medidas fiscais e essas não temos fechadas com o **Ministério da Fazenda**", justificou.

Segundo ainda a reportagem, as medidas estão, sim, sendo preparadas para desonerar o setor **exportador**. As novas políticas de **comércio** exterior devem ser levadas para aprovação da presidente **Dilma Rousseff** no início de maio. O grande ponto continua sendo a resistência da Fazenda em abrir mão de receita capaz de sustentar o superávit orçamentário.

No caso do setor eletroeletrônico, além de medidas favoráveis à **produção** nacional, também há a questão do software e da desoneração da folha de pagamento. Mas fato é que esse ponto também não é totalmente consensual entre as entidades da área.

Os **exportadores** de serviços pleiteiam ação imediata para o **Brasil** não perder mais espaço na competição global. Mas os fornecedores de serviços no **Brasil** temem que o preço a ser pago para sustentar a redução dos impostos venha a impactar na receita direta.

A proposta feita pela Brasscom, entidade de empresas **exportadoras** de software, é que um percentual venha a ser retirado do faturamento total da empresa em troca da redução de alíquotas em outras áreas, entre elas, a do INSS, pedido histórico e que poderá ser adotada num modelo semelhante ao adotado no programa do Microempreendedor Individual (MEI).

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Pode faltar chip na <u>ZFM</u> em consequência do tsunami no Japão</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Alerta é do consultor de empresas japonesas e ex-presidente da Câmara de Comércio Nipo-brasileira, Teruaki Yamagishi**

**Manaus, 26 de Abril de 2011**

**Renata Magnenti**

**Chip é um componente de vital importância nos aparelhos eletroeletrônicos (Reprodução/Internet)**

Deve faltar chip – dispositivo microeletrônico que consiste de muitos transistores e outros componentes interligados capazes de desempenhar muitas funções – entre junho e julho nas fábricas de eletroeletrônicos do Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo o consultor de empresas japonesas Teruaki Yamagishi.

As fábricas que fornecem o insumo no Japão ainda sofrem em decorrência do tsunami, dos frequentes terremotos e da emissão de radiação. Em contrapartida, o grupo chinês CR Zongshen prevê expansão no PIM.

A ZFM possui seis fábricas japonesas de eletroeletrônicos: Fuji do Brasil, Konica Minolta, Norit Su, Panasonic, Pioneer e Semp Toshiba, além de outras multinacionais. Segundo Teruaki deve faltar, por exemplo, os chips utilizados em máquinas fotográficas digitais.

“Não sei contabilizar quantas fábricas no Japão produzem o chip, a informação que tenho é que a maioria delas está em Xangai uma das cidades mais devastadas por conta dos desastres de março”, disse Teruaki.

Ele informou, ainda, que não acredita na falta total desse componente, mas afirmou que é provável que haja redução na produção ou paralisação parcial de algumas linhas de produção.

**Qualidade**

Outro detalhe é quanto à qualidade do chip que, eventualmente, as fábricas japonesas poderiam adquirir para garantir a produção.

“Os japoneses primam muito pela qualidade. E, certamente, se os encontrados não forem bons os executivos optariam em fechar linhas de produção, a oferecer produto de baixa qualidade”.

Ele voltou a reafirmar que o Japão continua sofrendo com terremotos e com a radiação.

“Neste momento, não se pode esperar uma recuperação imediata da economia japonesa. Falta emprego, comida e moradia. O governo estima uma melhora em longo prazo e isso deve levar de seis a doze meses”. Teruaki lembrou que o Japão já viveu momentos críticos como o que está vivendo atualmente e que a o otimismo é o que a nação.

O coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas, afirmou que não tem conhecimento de falta de insumo nas empresas japonesas instaladas no PIM e disse que, ao contrário do que foi dito pela própria Suframa a cerca de um mês, nenhuma fábrica aponta férias coletivas por conta da crise no Japão.

“No máximo teremos paralisações pontuais. Mas destaco que as 37 fábricas japonesas, instaladas no PIM, ainda estão avaliando a atual situação de suas instituições”.

**Maior incentivo à produção**

Em março Teruaki informou que nenhuma fábrica japonesa estudava a transferência de sua sede para outros países, por conta do tsunami e terremotos que os atingiram.

Nesta segunda-feira (25), no entanto, o consultor de empresas japonesas afirmou que o governo brasileiro deveria estudar a possibilidade de abrir espaço a

fábricas que produzem pequenos componentes como chip, para que a indústria de uma maneira geral não fique a mercê de fenômenos naturais que não podem ser detidos pela força ou conhecimento humano.

“Para isso, o Brasil precisa criar uma política industrial que ofereça maior incentivo tanto para a produção destes produtos no País como também para exportá-los. Produzir no Brasil ainda é muito caro”.

Para ele, o fato do Brasil está na lista dos países emergentes e não sofrer com terremotos o coloca como vitrine e palco para a instalação de novas fábricas de insumos.

“As fábricas japoneses e até chinesas, coreanas e norte-americanas investiriam no Brasil se houvesse uma política industrial que fornecesse as condições para tal”.

Gustavo Igrejas rebateu dizendo que todas as fábricas instaladas no PIM gozam de incentivos fiscais.

“Uma fábrica de chip, por exemplo, tem um custo alto por si só, independente de ser instalada no PIM ou em qualquer outra cidade brasileira”.

Segundo ele, este tipo de fábrica goza da “lei do bem” que vai além dos incentivos oferecidos pela Suframa. Ele disse ainda que a Suframa oferece incentivo à exportação.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ACA desconfia de pesquisas a respeito do <u>comércio</u> local e diz que reativará sua Estatística</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA) diz que dados “não condizentes com realidade” e “espalhafatosos” em alguns casos, chamam a atenção dos bandidos e dos órgãos de arrecadação do Estado**

**Manaus, 26 de Abril de 2011**

**cimone barros**

Desconfiado e preocupado com números de pesquisas apresentados por outras entidades de classe, o presidente da Associação Comercial do **Amazonas** (ACA), Gaitano Antonaccio, disse que vai reativar o departamento de estatística até junho deste ano.

Segundo ele, dados “não condizentes com realidade” e “espalhafatosos” em alguns casos, como projeção de movimentar R\$ 134 milhões no **comércio** por conta do Dia das Mães, chamam a atenção dos bandidos e dos órgãos de arrecadação do Estado.

“Tem muita coisa desarcertada nessas pesquisas com números espalhafatosos, fora da realidade. A classe do **comércio** tem de tomar mais cuidado e ficar mais atenta. Estamos preocupados com isso e vamos tratar desse assunto”, disse.

Para Antonaccio, números inflados podem atrair mais assaltantes para o Centro e chamar a atenção da Receita Federal e da Secretaria de Estado da Fazenda para uma arrecadação que, não se confirmando, pode causar transtornos.

#### **Proposta**

A proposta de Antonaccio é ter cinco funcionários no departamento de estatísticas para buscar informações no **comércio**, com os lojistas, CDLM e **Fecomércio**. A ACA possui 600 associados.

O presidente da CDLM, Ralph Assayag, contesta a opinião de Gaitano, alegando que o dados de sua

entidade têm o respaldo do Instituto de Pesquisa do Norte (IPEN). Além disso, a entidade possui banco de dados do SPC, para saber informações sobre inadimplência no município e no estado, movimentação nas lojas.

“Em relação a pesquisas, a CDLM age como a ACA já fez no passado. Sobre a possibilidade de integração de pesquisas pela ACA, **Fecomércio** e CDLM, num primeiro momento pode ser bom, mas é algo delicado porque cada entidade tem a sua diretoria eleita e são os associados quem dizem quais as suas necessidades em relação às pesquisas”.

O coordenador de pesquisas da **Fecomércio**, o economista José Fernando, também discorda do presidente da ACA e ressalta ser preciso diferenciar pesquisa de dados estatísticos.

A primeira revela o momento e a estatística ocorre a posteriori, com coleta de dados junto a Sefaz, **Suframa**, Jucea. Segundo o economista, a **Fecomércio** realiza três tipos pesquisas - Intenção de Compras do Consumidor, Turismo e Sondagem Conjuntural do Comercio Varejista de **Manaus** - que obedecem a uma metodologia nacional da Confederação Nacional do Comercio aplicada em todas as regionais.

#### **Empresários de olhos mais abertos**

Empresários contam a partir desta semana com mais uma ferramenta do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) para diminuir os índices de inadimplência nos ramos de veículos e imóveis, o Proteste Fácil.

O programa será lançado nesta quinta-feira pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de **Manaus** (CDLM), permitindo ao empresário “rastrear” a vida do consumidor, por um lado, e, por outro, eduzir custos na hora de protestar a dívida.

De acordo com o presidente da CDLM, Ralph Assayag, antes esses segmentos tinham de pagar de 5% a 10% do valor da dívida para fazer o protesto nos cartórios. Com o convênio realizado com os Cartórios de Protesto e a ferramenta, o Decisor, os associados pagarão de R\$ 10 a R\$ 15 para fazer o protesto.

O Decisor é uma ferramenta do SPC para análise de cadastro, que ajuda a combater a inadimplência. Através do SPC, o software faz uma pesquisa sobre a vida do consumidor. A partir daí, o empresário decide qual o valor deve ser dado de crédito.

A ferramenta de apoio é utilizada, principalmente, para bens de “grande valor”, maior que R\$ 4 mil. Todo o processo de protesto será realizado nos dois postos da CDLM, na rua Rui Barbosa, 156, Centro e no Condomínio **Amazonas** Flat Service, avenida Djalma Batista, 3000.

No setor imobiliário, Assayag disse que a inadimplência gira em torno de 15% a 18% do número de unidades vendidas, já em relação ao valor chega a 2%. “A nossa intenção é reduzir a margem de inadimplência no número de unidades vendidas”, destacou.

	VEÍCULO IG NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo propõe solução para 'guerra fiscal' em <u>ICMS</u> de <u>importados</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## **Barbosa apresenta solução gradual até 2014 para redução de incentivos, dando início a reforma tributária "fatiada"**

O **Governo Federal** deu início a um processo de reforma tributária "fatiada", ou seja, ponto por ponto, levando hoje ao Senado uma proposta de redução gradual do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** em casos de **importação**, a chamada "guerra fiscal" dos portos. Diversos Estados têm reduzido suas alíquotas de **ICMS** para incentivar a circulação de produtos **importados** em seus portos.

Para o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, que apresentou uma nova proposta à Comissão de Assuntos Econômicos hoje, essa é uma mudança "urgente". "Não é uma questão de quem faz certo e quem faz errado, mas essa situação tem prejudicado o **Brasil** como um todo."

Ele completa que o problema é agravado pela conjuntura atual. "Nesta situação de apreciação cambial, esses incentivos estaduais já revelam problemas nacionais."

Com a guerra fiscal dos portos, determinados Estados reduziram sua alíquota a valores irrisórios para elevar o fluxo em seus portos e arrecadar mais com benefícios indiretos. Com essa redução, porém, esses Estados forçam os demais a reduzir também as alíquotas para manter competitividade. Diversos especialistas apontam, porém, que essa competição reduz a arrecadação dos Estados de maneira geral.

### **Resolução renovada**

A proposta da Fazenda é uma redução gradual do **ICMS** que hoje é cobrado em alíquotas de 12%, 7% ou menos, para que cheguem a 2% em 2014. "É uma proposta gradual que encaminha o problema em três anos", diz Barbosa.

Segundo ele, essa manutenção de alíquota em 2% seria para manter o estímulo fiscalizador dos Estados, para acompanhar o fluxo de produtos que chegam ao seu Estado.

Uma resolução do Senado poderia resolver essa "guerra fiscal". Desde o fim do ano passado já tramita na casa uma proposta de Resolução que leva a zero a alíquota de **ICMS** em transferências interestaduais de produtos **importados** imediatamente.

A nova proposta do governo, portanto, torna essa transição gradual e mantém a alíquota mínima de 2% para efeito de controle da arrecadação

### **Estados não são todos a favor**

A proposta do **Governo Federal** foi apresentada aos governos Estaduais, responsáveis pela arrecadação e principal destino do **ICMS**, na última reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), em abril. É no Confaz que se reúnem todos os secretários de Fazenda do país.

Segundo Simão Sirineu Dias, secretário de Fazenda de Goiás e representante do Confaz na audiência pública do Senado, não são todos os secretários a favor da nova proposta. "Muitos são a favor da transição, mas (com a alíquota) parando em 4%", diz.

Dias acrescenta que muitos Estados podem ter sua receita gravemente comprometida com a eventual mudança. "Há vários que terão desequilíbrios enormes", diz o secretário de Goiás, destacando o seu Estado, **Amazonas** e Mato Grosso do Sul como os principais prejudicados.

Andrea Calabi, secretário de Fazenda de São Paulo, entende a proposta do governo como razoável. Segundo ele, a "guerra fiscal" é prejudicial não só aos Estados que mais recebem produtos, como até para os

que oferecem incentivo fiscal. “Muitas vezes, os incentivos são exagerados e comprometem os Estados em investimentos sociais, como saúde e educação.”

### **Reforma continua**

Segundo Barbosa, depois desse tema mais "urgente", que é a pacificação de uma alíquota de **ICMS**

na transação interestadual de produtos **importados**, o governo vai olhar também para a cobrança do mesmo imposto em **comércio** eletrônico, energia elétrica, entre outros setores, embora em alguns desses casos, a decisão esteja mais relacionada às decisões do Confaz.

	VEÍCULO JOR NOW	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Entrepósito da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> completa um ano em Uberlândia com 18 contratos - 26/04/11</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Média foi de um contrato fechado a cada 14 dias úteis. Cinquenta empregos diretos e 500 indiretos foram gerados e mais 50 serão nos próximos dias**

A Supporte Logística Integrada, permissionária que opera o Entrepósito da Zona Franca de Manaus em Uberlândia faz um balanço de seu primeiro ano de atuação. Desde abril de 2010, a Supporte presta serviços públicos de armazenagem de mercadorias, oriundas de estabelecimentos industriais localizados na Zona Franca de Manaus e reafirma que Uberlândia é mesmo a capital nacional da logística.

O diretor presidente da Supporte, Luis Roberto Carrara Lelis, conta que atualmente 18 empresas já operam ou estão em fase inicial de operação no entreposto local. De acordo com Lelis, atualmente são 406 empresas ativas no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Dessas, 198 são fabricantes de produtos acabados. Nesse um ano, a Supporte Logística visitou 108 empresas e fechou 18 contratos e outros 73 projetos estão em andamento.

Uma delas é a Tany, empresa líder no mercado de equipamentos de beleza como secadores e pranchas. Para Alexandre Cobra, CEO da empresa, desde o primeiro contato, o profissionalismo e a competência da Supporte Logística mostraram que a parceria ia ser sucesso. “O cronograma de migração foi perfeito e como consequência melhoramos ainda mais a nossa excelência na distribuição. A relação custo x benefício prova que a decisão foi mais do que acertada”, afirma Cobra.

### **Cenário em desenvolvimento**

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) está em franco desenvolvimento. É neste cenário que o Entrepósito está inserido e vem mudando o panorama econômico de toda a região do Triângulo Mineiro. O Pólo teve faturamento recorde em 2010 - U\$ 35 bilhões, com um crescimento de 35,1% em relação a 2009. Os

investimentos também foram recordes chegando a quase U\$ 10 bilhões. Segundo Luis Roberto, o fato de os produtos poderem ser faturados por Uberlândia com suspensão dos impostos, a indústria não perde o benefício fiscal que tem em Manaus. “O Estado que recebe o entreposto também ganha. Ficamos com o ICMS sobre o transporte da mercadoria e o ISS da armazenagem”, explica.

Por causa da proximidade do Sudeste do país, grande mercado consumidor, o empresário não tem dúvidas de que Uberlândia é privilegiada por uma malha rodoviária que favorece o negócio, uma vez que está instalado na cidade de Uberlândia, um dos maiores pólos logísticos do país, onde há grandes atacadistas, indústrias e empresas do seguimento logístico. A cidade abrange 2/3 do consumo nacional em um raio de 600 quilômetros, sem contar o rápido acesso aos maiores centros comerciais e industriais do Brasil. Isso quer dizer redução no tempo de entrega das mercadorias ao cliente.

### **O Entrepósito**

O Entrepósito é um armazém para recebimento e estocagem de produtos industrializados da Zona Franca de Manaus para posterior distribuição e comercialização a partir de Uberlândia. Este é o segundo entreposto do país (o primeiro está instalado em Resende, no Rio de Janeiro) e será o único em Minas Gerais, operando em regime de exclusividade no Estado. Posteriormente, esses produtos são destinados à comercialização em qualquer ponto do território nacional ou mesmo enviados para exportação.

Os produtos podem ficar armazenados até 180 dias sem a incidência de tributos, pois somente depois de faturado o imposto é cobrado conforme Protocolo ICMS 85/2008. O município, por meio da Supporte Logística, é responsável por toda a logística de distribuição, o que

contribui para a geração de empregos, renda, arrecadação de tributos, além de tornar Uberlândia um centro atrativo para outros empreendimentos.

### **Sobre a Supporte Logística**

A Supporte é um operador logístico que atua há doze anos em Uberlândia e oferece um serviço completo de logística integrada, o que inclui transporte, armazenagem no modelo de armazéns gerais ou filial, unitização, paletização, separação de pedidos, fracionamento de cargas, montagem de kits, reetiquetagem, cross-docking, distribuição e entrega com hora marcada (Just-in-time). A Supporte está instalada em uma área de 300 mil m<sup>2</sup>, com salas para instalação de filiais / administrativos. São mais de 20 mil m<sup>2</sup> de área destinada a estacionamento de caminhões, 39 mil m<sup>2</sup> de área de armazenagem, 50 mil posições de pallets, 60 docas para carga e descarga e circuito fechado de TV.

### **Cronologia do Entrepasto**

31/07/08 - Assinatura do Convênio entre os Estados de MG e AM

26/09/08 – CONFAZ assina o Protocolo que dispõe do Entrepasto

1º/10/08 – Protocolo é publicado no Diário Oficial da União

22/10/09 – Edital de Licitação é publicado no Diário Oficial do **Amazonas**

22/12/09 – Envelopes de documentos são abertos

6/01/10 – A Comissão Geral de Licitação (CGL-AM) divulga o resultado do julgamento das documentações habilitando a Supporte para a continuidade no processo licitatório

22/01/10 – A Licitação é finalizada com apresentação da Proposta Técnica e de Preço, declarando a Supporte vencedora.

10/02/10 - Homologação do resultado da licitação Publicado no Diário Oficial do Estado do **Amazonas**

04/03/2010 - Assinatura do contrato publicado em diário oficial

08/03/2010 - Inauguração em Uberlândia

26/04/2010 - Assinatura do ato declaratório de fundamentação legal da operação junto a SEFAZ-AM

25/05/2010 - Primeira carreta do entreposto é descarregada na Supporte

26/04/2010 - 18 contratos fechados